



# **C.I.L. – Comissão Coordenadora das CT's da Região de Lisboa**

Rua dos Douradores, nº 160 1100-207 LISBOA  
Tel. 218818548-Fax: 218818555 - email: [cil-coordenadora@portugalmail.pt](mailto:cil-coordenadora@portugalmail.pt)  
Telm. 965 019 017

## **Reunião das Comissões de Trabalhadores do Sector dos Transportes**

As Comissões de Trabalhadores do Sector dos Transportes reuniram no dia 30 de Maio de 2012 para discussão dos problemas que enfrenta o sector, as empresas, os seus trabalhadores e as suas ORT's.

Salientamos algumas das questões mais relevantes em discussão:

### **1. O «PET», um Plano de Privatizações que está a destruir o setor de transportes**

Portugal continua sem ter uma política soberana, nacional, coerente e articulada para o sector dos transportes. Temos agora o PET, o mal chamado Plano Estratégico de Transportes, cozinhado pela troika e imposto ao país por um governo ajoelhado aos interesses das grandes multinacionais. Um plano onde se prossegue o caminho de liquidação das empresas públicas e do aparelho produtivo nacional, onde se prossegue o caminho de entregar fatias crescentes do Setor às multinacionais, onde se elege como objetivo nacional despedir milhares de trabalhadores e aumentar brutalmente a exploração de outros largos milhares, reduzir serviços, aumentar os custos para os utentes e para as empresas. Um plano que está já a ter consequências desastrosas – contribuiu e contribuirá para a recessão económica com o aumento brutal de custos para o utente e com o agravar dos resultados líquidos das generalidades das empresas – e que, a bem do país e das populações precisa de ser urgentemente travado. Os recentes dados do Instituto Nacional de Estatística referente aos números dos transportes no primeiro trimestre do ano, revelam que a CP transportou, em média, menos 40 mil passageiros por dia, o Metro de Lisboa a perda ultrapassou os 55 mil no primeiro trimestre. Os resultados mostram quedas de 8 a 9% no transporte de passageiros em todas as áreas.

Das medidas previstas nos próximos meses, destacamos a necessidade de alargar o combate contra a privatização do setor aéreo. Trata-se de um setor altamente lucrativo para o país (quer indiretamente, pois contribui em larga escala para o setor do turismo e dos serviços, quer diretamente pois as receitas que coloca no Orçamento de Estado e na Segurança Social são de centenas de milhões de euros). Trata-se de um sector que está a ser já amplamente prejudicado pelo quadro legislativo europeu, cujas leis estão feitas para promover a concentração monopolista e para colocar a economia portuguesa numa posição colonizada. As privatizações da TAP e da ANA, da SPDH e da Portway, das Lojas Francas, da ANAM e da Cateringport, já anunciadas, e da SATA que começa a ser colocada, seriam um desastre para o país, são uma opção política que não é inevitável, e só beneficiaria os mesmos de sempre – os que hoje mandam em Portugal: a banca e as multinacionais estrangeiras!

Mas também no plano dos transportes terrestres, vastas ameaças se perfilam para o horizonte próximo que exigem unidade e luta. O projeto de liquidação do Metropolitano de Lisboa e da Carris e da criação de uma nova empresa destinada a gerir as concessões destes serviços às multinacionais; o projeto de liquidação da CP com a entrega às multinacionais dos serviços de onde podem retirar rendas (urbanos e alfa/intercidades); o projeto de liquidação da manutenção ferroviária (EMEF e Metro Lisboa); o projeto de uma REFER onde se acumulem todas as dívidas que permitem os lucros da exploração privada. São ameaças concretas e com um horizonte de realização a curto prazo que exigem dos trabalhadores um reforço de unidade e capacidade de luta.

## 2. Uma brutal exploração dos trabalhadores dos transportes que exige o reforço da luta e da unidade.

Os trabalhadores dos transportes têm sido alvo e vítimas de um brutal crescimento na exploração. Os maiores roubos têm sido levados a cabo nas empresas públicas mas, também nas empresas privadas tem-se degradado uma situação que já de si era marcada pelos baixos salários e relações laborais instáveis, nomeadamente no campo dos direitos dos trabalhadores.

Nas empresas públicas, a redução de custos com os salários em 2011 foi de cerca de 15% em média, fruto do corte direto no salário de cada trabalhador e da redução do número de trabalhadores nestas empresas.

Em 2012 esse corte está a ser de cerca de 30%, de acordo com as contas tornadas públicas nesta altura.

(Milhões €)

	Gastos com Salários		diferença	
	2010	2011		
Carris	83,5	66,9	-16,6	-19,88%
ANA	71,3	57,6	-13,7	-19,21%
Metro Porto	5,8	4,8	-1,0	-17,24%
STCP	30,6	26,7	-3,9	-12,75%
TAP S.A.	415,2	396,9	-18,3	-4,41%
CP	88,7	73,8	-14,9	-16,80%
NAV	88,2	73,7	-14,5	-16,44%
Sata Air Açores	25,6	20,9	-4,7	-18,36%
Sata Internacional	29,4	28,4	-1,0	-3,40%
SubTotal	838,3	749,7	-88,6	-10,57%

Nas Empresas privadas a taxa de exploração dos trabalhadores era já muito superior à praticada nas Empresas Públicas. Nesse sentido, é importante ler a clarificação feita pela própria FERTÁGUS na «Auditoria do Tribunal de Contas às Contas da FERTAGUS» sobre as implicações de aceitar para a Empresa a aplicação dos Acordos de Empresa existentes na CP:

«No que concerne aos **encargos financeiros que, eventualmente, possam ocorrer para o concedente** a concessionária informou que *“Pese embora tenha sido acautelado no modelo financeiro um aumento real anual de 1% nos custos de pessoal operacional, o risco da aplicação do AE tal como é proposto pelo SMAQ, obrigando a um crescimento significativo de efetivo, teria um impacto na área de produção de mais 1.171.365€/ano, considerando os custos de 2010, e na área comercial e de manutenção, a aplicar as propostas do SNTSF um acréscimo de 1.409.715€/ano, o que totaliza para o pessoal operacional um acréscimo de 69% dos custos a preços de 2010. Estes valores a terem um dia que ser aplicados, o que se afigura totalmente impensável no contexto atual, provocaria inevitavelmente o desequilíbrio económico e financeiro da concessão, sendo determinante a intervenção do Estado Português – a quem compete pronunciar-se sobre a matéria – de modo a evitar a aplicação de um AE à FERTAGUS”.*»

Um roubo anual de 2,5 milhões de euros aos trabalhadores da Empresa que é usado para pagar o lucro dos acionistas, pois esta distribuiu 35 milhões de euros em dividendos apesar de nada ter investido (como demonstra essa mesma auditoria, a REFER assumiu o custo da infraestrutura e estações, e até o material circulante foi adquirido primeiro pela CP e agora pela Parpública).

Com a entrada em vigor do novo Código de Trabalho estão já a perfilar-se novas medidas das empresas de ataque aos salários, nomeadamente através da desregulamentação de horários, da redução do pagamento do trabalho noturno, trabalho extraordinário e em dia de descanso, da imposição do banco de horas, etc.

É neste contexto que é importante saudar a corajosa resistência dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa que, em bloco, se recusaram a efetuar o serviço extra para o Rock in Rio, apesar da Empresa, para esse evento, se ter prontificado a pagar aos trabalhadores o que recusa fazer para o transporte diário das populações.

### **3. Não nos estão a ser impostos sacrifícios mas sim roubos: nada do que nos é roubado está a ir para o Orçamento de Estado!**

Já o dissemos anteriormente: todos os dias contribuímos para fazer Portugal avançar e queremos contribuir mais. Não nos deixam! Limitam-se a roubar-nos cada vez mais nos salários e a chamar a esse roubo «sacrifícios». Mas como aqui demonstramos, com as contas das 9 Empresas mencionadas já tornadas públicas, se nos roubaram 88,9 Milhões de Euros em salários, aumentaram a cobrança de juros nessas empresas em 112,4 Milhões de Euros! Ou seja, tudo o que roubaram aos trabalhadores foi direitinho para a banca! E, como o apetite é insaciável, ainda roubam aos utentes o que podem! Este é o exato quadro do nosso país: uma economia em recessão, a taxa de desemprego a disparar, as empresas a encerrar, o povo cada vez mais pobre, e cada vez mais milhares de milhões a serem entregue à banca!

	<b>Gastos com Juros</b>		<b>diferença</b>	
	<b>2010</b>	<b>2011</b>		
Carris	30,40	51,30	20,90	68,75%
ANA	14,00	16,00	2,00	14,29%
Metro Porto	89,60	136,60	47,00	52,46%
STCP	28,40	48,50	20,10	70,77%
TAP S.A.	39,80	37,40	-2,40	-6,03%
CP	165,80	188,00	22,20	13,39%
NAV	0,17	0,24	0,07	41,18%
Sata Air Açores	1,57	3,10	1,53	97,45%
Sata Internacional	0,17	1,20	1,03	605,88%
<b>SubTotal</b>	<b>369,91</b>	<b>482,34</b>	<b>112,43</b>	<b>30,39%</b>

Mas, e também à semelhança do país, as nossas empresas são sugadas pela banca e por sectores estratégicos já privatizados que impõem custos de produção insuportáveis e cada vez mais altos!

O exemplo mais significativo é o da TAP, que gastou mais 193,9 Milhões de Euros em combustível, sendo que 166,4 milhões são fruto exclusivo do especulativo aumento dos preços!

As contas dos STCP de 2011 dão-nos também um indicador precioso sobre o que está a acontecer a Portugal e às Empresas Públicas - são os indicadores dos custos de produção ligados ao combustível que crescem brutalmente entre 2010 e 2011, com aumentos de 27% no custo do gasóleo e da eletricidade por 100Km (respetivamente, de 46 para 58,25 e de 33,03 para 42,04), um desvio de 1 milhão de euros que foi direitinho para as multinacionais.

Os custos com a energia têm contribuído para o estrangulamento das empresas de transporte e, de forma geral, de todas as empresas nacionais. A alteração imediata destas nefastas políticas é uma prioridade. É todo um caminho que é urgente inverter!

#### **4. Controlo de Gestão – Direito dos trabalhadores, necessidade nacional.**

O Controlo de Gestão é uma premissa legal de intervenção das Comissões de Trabalhadores nas empresas. Nesse sentido, e porque esse pressuposto tem sido recorrentemente infringido, temos multiplicado as queixas contra a violação sistemática desse direito por parte das empresas do setor que têm reduzido esse direito e importante instrumento a um mero ato formal, ou, afrontando diretamente a Lei, impedindo as Comissões de Trabalhadores de a ele ter acesso e, conseqüentemente, vedando-lhes a possibilidade de apresentarem caminhos e orientações alternativos.

É o caso gritante dos processos de reestruturação em curso: todos têm sido realizados ilegalmente e sem cumprir os requisitos formais.

Mas, e infelizmente, é ainda uma realidade mais vasta que está em causa, refletindo a degradação da nossa democracia, na medida em que as Administrações (mesmo as públicas) sentindo a impunidade de que gozam, usam e abusam da possibilidade de implementar uma gestão opaca e não controlada, onde uma falsificada e falaciosa realidade das empresas serve de arma de arremesso contra os trabalhadores, aumentando os níveis de exploração e atirando “areia” para os olhos da população, justificando, assim, as nocivas medidas introduzidas.

Este empobrecimento da democracia portuguesa tem tido funestas conseqüências: por um lado, as empresas, mesmo as públicas, afastam-se das suas responsabilidades sociais e são, cada vez mais, meros instrumentos da acumulação de uns poucos à custa da exploração de muitos. Por outro lado, é crescente a corrupção, o compadrio, a incompetência e o nepotismo.

#### **5. Pelo cumprimento da Lei e pela mudança de políticas para o sector dos transportes:**

**Exigimos** o abandono destas políticas, profundamente prejudiciais para o sector dos transportes, do país e das suas populações, plasmadas no PET!

**Exigimos** a existência de fortes empresas públicas estratégicas para um plano nacional de transportes, no sector ferroviário (caminho de ferro e metropolitano), no sector aéreo, no sector rodoviário urbano e interurbano/internacional, no sector fluvial e marítimo/portuário, cessando quaisquer intenções de privatização da CP, EMEF, CP Carga, TAP, SPdH, ANA, Portway e Metro!

**Exigimos** a dignificação das relações laborais e o respeito pelos trabalhadores e seus representantes, cessem de imediato as perseguições políticas e ideológicas na Carris e que os processos disciplinares sejam colocados no lixo!

**Exigimos** a participação e o envolvimento das Comissões de Trabalhadores nos propósitos de gestão das empresas!

**Exigimos** que as Administrações das Empresas dos setores de Transportes cumpram o acordado nos AE!

**Exigimos** que seja cumprida a Constituição da República e respeitados os direitos das Comissões de Trabalhadores!

**Pela defesa de um sector de transportes, ao serviço do país, das populações e dos trabalhadores, enquadrado num Plano Nacional de Transportes, integrado, que assente no serviço público, que tenha um papel estratégico e estruturante na economia nacional, no ordenamento do território e desenvolvimento harmonioso e sustentado das regiões, respondendo a imperativos de economia energética, menor custo social e preservação do ambiente.**

**Lisboa, 30 Maio 2011**